



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

**Requer do Excelentíssimo
Ministro da Saúde, Senhor
Alexandre Padilha, informações a
respeito da falha na cobertura
vacinal da população Yanomami.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro seja encaminhada ao Excelentíssimo Ministro da Saúde, Senhor Alexandre Padilha, solicitação de informações a respeito da falha na cobertura vacinal da população Yanomami.

Diante do exposto solicito resposta para os seguintes questionamentos:

1. O Ministério confirma apenas três mortes por coqueluche em Surucucu, enquanto a Urihi Associação Yanomami registra cinco óbitos. Com base em quais critérios epidemiológicos e documentos oficiais o Ministério sustenta esse número? Quando será concluída a investigação para confirmar ou rever os casos?
2. Quando o Ministério da Saúde recebeu os primeiros alertas sobre suspeita de coqueluche na região de Surucucu e quais foram as medidas imediatas tomadas nas 72 horas seguintes ao primeiro comunicado?
3. Qual é o percentual atual de cobertura vacinal contra coqueluche (DTP/DTPa) nas comunidades da Terra Indígena Yanomami, especialmente nos polos de Surucucu, Parima e Aracik? Esse dado está desagregado por comunidade?



Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 946 – CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5946/1946





4. O Ministério possui mapeamento atualizado sobre a circulação da bactéria *Bordetella pertussis* em outras regiões da Terra Yanomami além de Surucucu? Há investigação epidemiológica em curso nas demais comunidades?
5. Qual é o plano de contingência e bloqueio vacinal para conter o avanço da coqueluche no território? Em quantas comunidades a vacinação emergencial já foi realizada e qual é a meta de cobertura prevista?
6. A Sesai dispõe de recursos humanos e insumos suficientes — incluindo antibióticos para profilaxia dos contatos — para responder ao surto atual? Há solicitação de reforço de pessoal ou materiais em tramitação?
7. O Ministério reconhece falha na cobertura vacinal como fator determinante para os óbitos registrados? Quais mecanismos serão adotados para garantir vacinação regular e contínua em territórios de difícil acesso como a Terra Yanomami?
8. O Ministério pretende declarar situação de emergência sanitária específica para o surto de coqueluche no território Yanomami? Caso negativo, quais são os critérios que ainda precisam ser atendidos para que essa medida seja acionada?

Justificativa

A coqueluche voltou a matar crianças indígenas na Terra Yanomami, em Roraima, escancarando as fraturas persistentes no sistema de saúde que atende um dos povos mais vulneráveis do Brasil. Ao menos cinco crianças morreram em comunidades da região do polo base de Surucucu após serem diagnosticadas com a doença — número que o Ministério da Saúde insiste em contabilizar como três, gerando um impasse público com a Urihi, associação indígena que acompanha o território de perto e registrou os óbitos em Aracik, Yarima, Parima e Wathou.

A coqueluche, infecção respiratória altamente contagiosa causada pela bactéria *Bordetella pertussis*, é uma doença que a vacinação

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 946 – CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5946/1946





consegue prevenir com eficácia. Seu retorno letal a comunidades yanomami não é acidente — é sintoma. A cobertura vacinal insuficiente nesse território, combinada à dificuldade de acesso e à fragilidade da estrutura de saúde local, criou as condições para que uma doença evitável ceifasse vidas de bebês com poucos meses de existência. Os sintomas da doença — crises de tosse seca e intensa que podem evoluir para vômito e comprometimento respiratório grave — são especialmente devastadores em crianças abaixo de seis meses, exatamente o perfil das vítimas registradas em Surucucu.

A Terra Indígena Yanomami vive em estado de emergência sanitária desde janeiro de 2023, quando o governo federal revelou ao país a extensão do colapso humanitário deixado pelo desmantelamento das políticas indigenistas durante a gestão anterior. Desde então, ações foram implementadas: envio de profissionais de saúde, reforço da segurança para conter o garimpo ilegal e distribuição de alimentos. Mesmo assim, o surto de coqueluche em 2025 e 2026 demonstra que a reconstrução da saúde indígena segue incompleta e frágil.

O Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y) afirma acompanhar a situação a partir de Boa Vista, enquanto a Urihi cobra um plano de contingência robusto e alerta que o problema pode estar se espalhando para além de Surucucu, abrangendo outras regiões do vasto território de quase 10 milhões de hectares onde vivem mais de 31 mil indígenas em 370 comunidades.

O que está em jogo não é apenas a divergência de números entre o governo e a associação indígena. Está em jogo a credibilidade do Estado diante de um povo que já foi ignorado até quase o extermínio. Transparência, resposta rápida e um plano estruturado de vacinação não são concessões — são obrigações.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.





Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 02 de março de 2026.

CAPITÃO ALBERTO NETO

Deputado Federal

PL-AM

Apresentação: 02/03/2026 17:59:11.903 - Mesa

RIC n.375/2026



Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 946 – CEP 70160-900 – Brasília/DF
Tels (61) 3215-5946/1946

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD262029560000>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Capitão Alberto Neto



* C D 2 6 2 0 2 9 5 6 0 0 0 0 *